

PAULO MOURA

OTELLO
O REVOLUCIONÁRIO



ÍNDICE

Introdução	9
Ditadura	29
Revolução	205
Liberdade	311
Posfácio	465
Anexos	469
Índice Onomástico	483

NOVEMBRO

À hora de jantar, o Conselho da Revolução interrompeu os trabalhos. Deveria ser um breve intervalo, naquela reunião conjunta com o Governo de coligação, mas prolongou-se, para conselheiros e ministros verem o debate na RTP entre Mário Soares e Álvaro Cunhal. Era uma quinta-feira, 6 de Novembro de 1975.

No ecrã a preto e branco, o jornalista envolto em fumo de cigarro anunciou os líderes dos partidos socialista e comunista. «O senhor doutor teima em querer fazer a Revolução com uma minoria», diz Soares, com um risinho. Cunhal responde rápido: «Não. O que eu quero é fazer a Revolução com revolucionários.»

A reunião do Conselho da Revolução fora pedida pelo Executivo. O primeiro-ministro, Pinheiro de Azevedo, cujo cognome era o *Almirante sem Medo*, exigia medidas para que o deixassem governar. Os militares não lhe obedeciam, os sindicatos e os comunistas organizavam manifestações de protesto todos os dias, os *media* divulgavam propaganda radical e apelavam à sublevação, principalmente a Rádio Renascença, que, em Outubro, fora ocupada pelos trabalhadores e se transformara em porta-voz da esquerda revolucionária. Era preciso fazer qualquer coisa.

Pinheiro de Azevedo e alguns dos conselheiros falaram sobre isto durante o intervalo, que se prolongou demasiado devido ao grande interesse do debate da RTP, dando azo a que fosse tomada, um pouco à socapa, aquela decisão, antes de todos voltarem à sala. A decisão terrorista.

«O Partido Comunista tem um pé no Governo e todo o corpo, e o outro pé, de fora, fazendo mobilização no País para derrubar o Governo», diz Soares na televisão. «Isto leva em linha recta o País para a confrontação armada e uma guerra civil.» Cunhal vai contrariando: «Nós também queremos evitar a guerra civil. Mas não se fale da disciplina da direita reaccionária...»

Soares continua: «O que o Partido Comunista deu provas, durante estes meses, é que quer transformar este País numa ditadura.» E Cunhal: «Olhe que não, olhe que não.»

Conselheiros da revolução e ministros voltaram para a sala de reuniões, no Palácio de Belém. Prosseguiram os discursos e as queixas, até que o Conselho disse que sim a todas as sugestões do sarcástico primeiro-ministro. Uma delas, já combinada no intervalo, era a decisão terrorista de Estado e dizia respeito à Rádio Renascença. Às 4h30 da manhã do dia 7, sexta-feira, pouco depois de a reunião ter terminado, uma bomba era colocada, na Buraca, nos emissores da rádio rebelde, calando-a de vez. A ordem foi dada pelo Governo, com aval do Conselho da Revolução e através do chefe de Estado-Maior da Força Aérea, general Moraes e Silva, e quem a executou foram forças pára-quedistas da Companhia de Caçadores 121, aquartelada no Lumiar.

Ora, entre os «páras» o predomínio dos esquerdistas era cada vez maior. Activistas do PCP e dos partidos maoístas faziam agitação e propaganda junto dos altamente disciplinados efectivos das unidades especiais pára-quedistas, fazendo-os sentir um peso na consciência por terem dinamitado a Renascença.

Sábado, 8 de Novembro. Apercebendo-se do mal-estar entre os páras, Morais e Silva, acompanhado pelo Capitão de Abril Vasco Lourenço, foi à Base Escola de Tropas Pára-quedistas, em Tancos, explicar a acção contra a «rádio vermelha». Uma sessão de esclarecimento foi convocada para o pavilhão gimnodesportivo da base. O general começou a falar, ao lado de um embaixado Vasco Lourenço (que sempre achou injustificável a operação Renascença), mas foi interrompido por um soldado, que lhe roubou o microfone para dizer: «Camaradas, vamos todos sair daqui. O meu general é um burguês, que já fez a sua opção de classe e não pode defender os nossos interesses. Portanto, não temos nada que estar aqui a ouvi-lo.» E abandonou o pavilhão com a maioria dos soldados, para se irem juntar a uma reunião paralela, com os sargentos da base.

Humilhado, Morais e Silva ficou sem resposta, e acabou também por sair do recinto. Os oficiais presentes continuaram a reunião, decidindo que, por não haver disciplina possível, se iriam apresentar no Estado-Maior da Força Aérea para pedir a passagem aos seus quadros de origem. Nesse mesmo dia, 123 oficiais abandonaram a base de Tancos, deixando-a entregue a sargentos e praças, e instalaram-se na base aérea de Cortegaça, perto de Espinho, com a ajuda e apoio do chefe da Região Militar do Norte, Pires Veloso. Morais e Silva, esse, jurou vingar-se.

Domingo, 9 de Novembro. Uma gigantesca manifestação de apoio ao VI Governo Provisório foi convocada para o Terreiro do Paço pelo PS e o PSD. Pinheiro de Azevedo, com Mário Soares e Sá Carneiro, ficou numa das janelas da sala do Estado-Maior da Armada. Mas mal o primeiro-ministro começou a discursar, denunciando o golpismo do Partido Comunista, rebentou uma granada de fumo no meio da multidão. Gerou-se o pânico: correrias, gritos, uns tentando abandonar a praça, outros deixando-se atropelar, outros tentando encontrar e castigar os culpados.

Pouco depois, começou a ouvir-se um tiroteio vindo dos arcos da praça. A Polícia Militar tentava dispersar a tiro os desordeiros, provocando o pandemónio. Da janela, Pinheiro de Azevedo gritava: «O povo é sereno! O povo é sereno! É apenas fumaça! É apenas fumaça! O povo é sereno!»

Segunda-feira, 10 de Novembro. Na base de Tancos realizou-se um plenário em que foi aprovada uma moção de repúdio pela operação contra a Renascença. Os sargentos assumiram a autoridade, reinstalaram a disciplina e treinos com intensidade redobrada, armaram uma companhia especial para garantir a defesa da base.

Terça-feira, 11 de Novembro. Dois sargentos pára-quedistas deslocaram-se ao Forte do Alto do Duque, onde se situava o quartel-general do COPCON (Comando Operacional do Continente). Pediram para falar com o chefe, Otelô Saraiva de Carvalho. «Meu general, vimos aqui oferecer-lhe 20 mil tiros por minuto», disse um dos sargentos. Colocavam-se à disposição e sob o comando de Otelô, em troca do seu apoio à luta dos páras.

Quarta-feira, 12 de Novembro. Otelô manifestou publicamente o seu apoio aos pára-quedistas. Morais e Silva começara a executar a sua vingança. Numa série de ordens confusas, ia mandando passar à disponibilidade as praças pára-quedistas. Na prática, extinguiu os pára-quedistas.

Para explicar a sua posição, Otelô promoveu uma reunião entre Morais e Silva e o Presidente da República, Costa Gomes. «Meu general, eu quero dizer-lhe claramente que não posso apoiar esta decisão unilateral do Morais e Silva», disse Otelô. «Temos uma força pára-quedista de centenas de homens perfeitamente disciplinados, uma força excelente para o combate, que pode actuar em qualquer situação, e agora, por despacho, este gajo elimina a força de pára-quedistas?»

«Mas eles não me respeitam», defendeu-se Morais e Silva.

«Não te respeitam porque tu participaste em ordens que não têm pés nem cabeça», atacou Otelo. «Destruir à bomba os emissores da Rádio Renascença, só porque ela estava ocupada pelos trabalhadores? Não havia outra forma de resolver o problema?»

A delegação dos pára-quedistas que visitou o COPCON informou ainda Otelo de que os oficiais baseados em Cortegaça estavam a enviar aviões para sobrevoarem ameaçadoramente a base de Tancos. «Estão a fazer voos a pique sobre nós», disse um dos sargentos. «E se houver alguma atitude ameaçadora, nós queremos rebentar com o avião.»

Otelo enviou então, como medida dissuasora, metralhadoras antiaéreas para os «páras» em autogestão.

No mesmo dia, às cinco da tarde, uma manifestação de trabalhadores da construção civil cercou o Palácio de São Bento, onde o Governo se encontrava reunido, para apresentar a Pinheiro de Azevedo o seu caderno reivindicativo. Em frente do portão da residência do primeiro-ministro, os trabalhadores colocaram uma enorme betoneira, obstruindo a saída. Ninguém poderia abandonar o palácio antes de terem sido atendidas as reivindicações, explicaram os delegados sindicais.

No interior encontrava-se o Governo inteiro, mas também os deputados da Assembleia Constituinte, que estava reunida, o público que assistia à sessão e os funcionários do palácio. Uma delegação dos manifestantes foi falar com Pinheiro de Azevedo, que declarou não tencionar ler sequer o documento das reivindicações enquanto se mantivesse aquela situação de pressão. Em resposta, representantes dos trabalhadores entraram no salão nobre e na varanda, onde instalaram um sistema sonoro e de onde iniciaram um comício permanente. Não iriam «arredar pé» enquanto os seus problemas não fossem resolvidos, gritaram aos altifalantes. E com isso assumiram o sequestro do Governo e dos deputados, que duraria 36 horas, sem que

as forças de segurança, comandadas pelo COPCON de Otelo, fizessem nada.

Vendo a situação entrar num impasse, com os trabalhadores a estenderem mantas e acenderem fogueiras para dormir e ficar ali por tempo indeterminado, Pinheiro de Azevedo veio à varanda apelar à dispersão, sob a promessa de estudar o caderno reivindicativo. Mas os manifestantes não o queriam ouvir, gritando e insultando assim que o primeiro-ministro abria a boca. «Fascista!», chamavam eles, e o *Almirante sem Medo* perdeu a paciência: «Fascista uma merda!» Ou, na versão de outras testemunhas: «Vão todos à bardamerda!»

Só na manhã de quinta-feira, dia 13 de Novembro, os manifestantes permitiram a saída dos deputados, funcionários e elementos do público assistente à sessão da Constituinte. Os ministros continuaram sequestrados até que Pinheiro de Azevedo acabou por assinar um «compromisso» em que aceitava certas reivindicações.

Sexta-feira, 14 de Novembro. Os líderes do PS, PPD e CDS fugiram para o Porto, onde participaram numa manifestação de apoio ao Governo, que acabaria num assalto à sede da União dos Sindicatos. O País separava-se em dois. A região de Lisboa estava dominada pelas forças comunistas, e cada vez se tornava mais claro, para muita gente, que para as combater seria necessário fazê-lo a partir do Norte, onde os moderados e a direita detinham a supremacia, entre a população e nos quartéis. As forças democráticas tomariam posições na zona do Porto e os comunistas declarariam a Comuna de Lisboa. O País seria dividido e seguir-se-ia a guerra civil.

Não chegou a haver consenso sobre esta solução, mas os líderes dos partidos democráticos, pelo sim pelo não, fugiram para o Porto com as respectivas famílias.

Foi Vasco Lourenço quem sempre recusou esta debandada das forças. A certa altura, numa reunião do Grupo dos Nove,

o próprio Melo Antunes, que era o autor do documento, assinado por nove membros do Conselho da Revolução, que marcava posição contra o avanço do totalitarismo esquerdista na vida militar e civil do País, já estava a defender a retirada para o Porto. «Pronto, convenceram-me. Eu aceito», disse Melo Antunes. Mas decidiu impor uma última condição: «Desde que o Vasco Lourenço também aceite.»

«Não. Eu não aceito. Isso seria a guerra civil», disse Vasco Lourenço. «Vamos preparar-nos para reagir a qualquer tentativa que haja, e vamos manter o Costa Gomes do nosso lado. Porque o primeiro a saltar perde.»

E o Grupo dos Nove começou a trabalhar num plano militar para combater os comunistas e a extrema-esquerda, sempre na perspectiva de uma reacção contra um eventual golpe deles. Mantendo-se do lado da legalidade, teriam a garantia do apoio da maioria das unidades militares. Por isso era fundamental informar o presidente Costa Gomes dos seus planos e ganhar o beneplácito dele. E depois esperar por um deslize dos esquerdistas.

Para conceber o plano militar, os Nove designaram Ramalho Eanes, embora Vasco Lourenço fosse o líder operacional do movimento dos moderados. Do outro lado, estavam todas as forças militares controladas pelo Partido Comunista e pelos partidos da extrema-esquerda, com a ajuda de todos os civis a quem seriam distribuídas armas, em caso de confronto. No seu total, contando com as lideranças organizadas e efectivas que possuíam, não constituíam uma força capaz de levar a melhor num conflito armado. Pelo menos era isto que os Nove pensavam. Mas as coisas já seriam diferentes se Otelo assumisse a liderança de todo o sector da esquerda. O prestígio do comandante do COPCON era imenso. Para muitos, ele representava os trabalhadores, os mais fracos, os ideais do Movimento dos Capitães; encarnava a própria Revolução. Fora ele a fazer o 25 de Abril, e a assumir as rédeas do

poder quando todos disso se demitiam. Foi ele que permitiu e protegeu as ocupações de casas, de fábricas e de terras, que lançou as campanhas de dinamização cultural e de alfabetização. Ele, com toda a sua loucura e exagero, as suas frases bombásticas e assustadoras («Fascistas para o Campo Pequeno»), era a figura moral e romântica, o símbolo da infinita generosidade de Abril. Mais do que ninguém, ele tinha a capacidade de arrastar as massas atrás de si. De fazer cumprir todas as ordens que desse, por pura lealdade, por puro afecto.

Por isso, Otelos era cobiçado pelas várias forças políticas. O Partido Comunista tentou por todos os meios tê-lo do seu lado, os esquerdistas acreditaram poder contar com ele, aliciando-o com os ideais de poder popular com que ele simpatizava. Até o CDS o tentou levar aos comícios, para tirar dividendos do seu poder de sedução. Mas Otelos, apesar de se ter deixado manipular em muitas situações, sempre resistiu ao recrutamento político. Nunca perdeu a independência. Naquela altura, era o comandante da Região Militar de Lisboa e do COPCON, uma estrutura que tinha sob a sua alçada todas as forças de segurança e especiais, e ainda as unidades de todas as Forças Armadas, em caso de emergência. O COPCON fora criado pelo Presidente da República (Spínola, na altura). O seu poder era legal, além de imenso. Antes de começar a perder o controlo de muitas das forças, devido à acção e influência dos activistas civis da esquerda, Otelos foi o homem mais poderoso do país.

Agora era visto como o líder de todo o sector da esquerda, o único homem capaz de a unir para qualquer propósito, incluindo o de pegar em armas para defender «as conquistas de Abril». Os apoiantes dos Nove (que incluíam desde a esquerda moderada do PS até à extrema-direita do ELP e MDLP) viam-no assim. Os comunistas e a extrema-esquerda viam-no assim. Só ele, Otelos, não aceitava esse papel.

Na semana seguinte houve manifestações contra e a favor do Governo, reuniões dos moderados, do seu Grupo Militar, reuniões do COPCON, com todos os elementos civis afectos ao PC e à esquerda radical que cirandavam em torno de Otelo, reuniões dos pára-quedistas em luta.

Vasco Lourenço informou Otelo do plano militar contra o eventual golpe da esquerda. «Eu garanto-te que nós não tomamos a iniciativa do golpe», disse-lhe Vasco Lourenço. «Agora, não te envolvas em nenhuma iniciativa, porque se alguém der o primeiro passo, nós estamos em condições de lhe cair em cima. Toma cuidado com isso.»

A ideia era ganhar Otelo para o lado dos Nove. Porque eles estavam do lado da legalidade. Tinham, desde as remodelações havidas meses atrás, em consequência do pronunciamento de Tancos, apoio da maioria do Conselho da Revolução, e tinham o apoio do Presidente da República. Além disso, Vasco sabia que Otelo compreendia as ideias da facção dos Nove. A liberdade, a realização de eleições e o respeito pelos seus resultados, e até a circunstância de os Estados Unidos e as potências ocidentais não tencionarem permitir a instauração de um regime comunista em Portugal, tudo isto eram argumentos a que Otelo era sensível. Mas o ideal do poder popular era mais forte. E também, segundo os seus detractores, a disponibilidade para ser influenciado pelos seus apaniguados.

Sábado, 15 de Novembro. O movimento dos moderados teve uma reunião alargada no Palácio das Laranjeiras, em que voltou a ser colocada a hipótese de fuga para o Norte. Jaime Neves, o comandante do Regimento de Comandos, que estava do lado dos Nove mas tinha muitos apoios entre a extrema-direita, declarou de súbito: «Se vamos avançar para o Norte, é melhor ser já. Porque eu, neste momento, garanto que uns 200 homens vêm comigo. Daqui a uma semana ou duas, já não sei se me restam alguns.»

Vasco Lourenço reagiu logo, saltando para o patamar das escadas onde muitos se sentavam: «Afim, que merda de comandante és tu? Afim és um *bluff*. Vais mas é para a tua unidade e agarras bem os teus homens, e daqui a 15 dias vais ter os mesmos 200 todos contigo. Porque eu já disse que veto quaisquer ideias de fuga para o Norte.»

Na mesma reunião, discutiram-se as medidas a adoptar para fazer face ao agravamento das situações política, militar e social. Foi decidido que era preciso afastar Otelo do comando da Região Militar de Lisboa, substituindo-o por Vasco Lourenço. O segundo passo seria retirar poderes ao COPCON e, depois, extingui-lo. Sem poderes legais, Otelo (que tinha acabado de chamar contra-revolucionário ao Conselho da Revolução) poderia ainda ser perigoso, mas, pensavam os moderados, mais controlável.

«Um comando é muito efectivo quando o seu comandante tem, cumulativamente, muito prestígio e força legal», pensava Ramalho Eanes. «Entre os subordinados, há um conjunto de homens extremamente determinados que estão ligados ao comandante devido ao seu carisma, e obedecem-lhe intransigentemente. Há outro número de subordinados, talvez maior, que não tem dúvidas em seguir as ordens daquele homem de quem gostam e a quem estão ligados, desde que isso não implique para eles e as suas famílias um grande perigo. O que quer dizer que cumprem as ordens, quando isso não implica consequências para as suas famílias, porque o fizeram num quadro de legalidade.»

Por causa deste princípio da sabedoria militar, Eanes acreditava que, fora da legalidade, Otelo teria menos de metade dos potenciais seguidores, se desse uma ordem de combate contra as forças apoiadas pelo Presidente da República.

No campo político, a decisão que se seguiu à reunião das Laranjeiras foi ainda mais ousada. Foi tomada ao almoço, no restaurante O Chocalho. O que deveria o Governo fazer para impor

o respeito? Foi Gomes Mota, um dos mentores do Movimento dos Nove, quem deu a ideia: o Governo poderia suspender as suas funções até que lhe fossem dadas garantias. Entrar em greve!

Vasco Lourenço apoiou logo: «Compro! Compro essa ideia! O Governo vai entrar em greve!» Melo Antunes, sempre mais ponderado, ainda objectou: «Estás louco? O Governo entrar em greve? Onde é que já se viu isso?»

«Nunca se viu, vai-se ver aqui», respondeu Vasco. «O Governo vai entrar em greve.» Logo a seguir telefonaram a Mário Soares, que acabou por concordar e convenceu os outros ministros civis. E Pinheiro de Azevedo partiu para Belém, para informar alegremente o Presidente da República da original decisão.

À saída, o almirante explicou aos incrédulos jornalistas: «Estou farto de brincadeiras. Eh pá, fui sequestrado já duas vezes, pá. Estou farto de ser sequestrado. Não gosto. É uma coisa que me chateia, pá. Estou farto. Por isso entrámos em greve.»

Quinta-feira, 20 de Novembro. Na reunião do Conselho da Revolução, o Movimento dos Nove propôs a nomeação de Vasco Lourenço para a Região Militar de Lisboa. Otelo protestou, mas acabou por concordar. Vasco Lourenço também, com uma condição: que Otelo aceitasse a solução. Porque achava que seria completamente diferente Otelo chegar às unidades que o apoiavam e dizer «Aceitei esta solução, porque é a menos má», do que dizer «Não concordei, mas impuseram-me esta solução.»

Otelo disse que sim, mas, quando chegou ao COPCON, deparou-se com a discordância dos seus oficiais. Telefonou a Costa Gomes: «Ó meu general, está aqui um problema tramado. É que grande parte das unidades não querem o meu afastamento, e não aceitam o Vasco Lourenço. Eu acabei por aceitar a posição deles. Era o meu voto contra todos.»

«Eh pá, mas isso já está decidido», respondeu Costa Gomes.
«Pois é, meu general, mas o que é que eu hei-de fazer?»

No dia seguinte, telefonou a Vasco Lourenço: «Eh pá, afinal, falei com a minha rapaziada, e eles não aceitam isso, pá. Tenho de ir explicar isto ao Costa Gomes e gostaria que viesses comigo.» Ao presidente, Otello disse que as unidades de Lisboa e os seus comandantes não aceitavam Vasco Lourenço, que não tinha por isso condições para chefiar a Região Militar. Vasco respondeu que os comandantes não o queriam porque, com ele, acabaria a bagunça. O presidente marcou nova reunião, para a decisão final, para dia 24.

No mesmo dia, no RALIS (Regimento de Artilharia Ligeira de Lisboa), uma das unidades dominadas pela esquerda, fez-se um estranho juramento de bandeira. De punhos erguidos, os soldados gritaram: «Juramos ser fiéis à Pátria e lutar pela Liberdade e Independência. Juramos estar sempre, sempre ao lado do Povo, ao serviço da Classe Operária, dos Camponeses e do Povo Trabalhador. Juramos lutar com todas as nossas capacidades, com voluntária aceitação da disciplina revolucionária, contra o Fascismo, contra o Imperialismo. Pela Democracia e poder para o Povo, pela vitória da Revolução Socialista.»

Durante o fim-de-semana, o PS organizou grandes manifestações contra o totalitarismo, na Alameda Afonso Henriques, em Lisboa, e segunda-feira, 24 de Novembro, o Conselho da Revolução reuniu-se enquanto, em Rio Maior, os agricultores, orientados pela CAP (Confederação da Agricultura Portuguesa), cortavam os acessos a Lisboa, dispondo árvores abatidas ao longo da estrada. O objectivo dos agricultores era exigir que o Conselho da Revolução acabasse com a «anarquia em Lisboa».

Receando que as barricadas de Rio Maior provocassem alguma acção de resposta da esquerda, Eanes e os operacionais do plano militar colocaram-se em alerta. O Conselho aprovou, para

o comando da Região Militar de Lisboa, a nomeação de Vasco Lourenço, que entretanto se considerou desvinculado da condição que impusera, em consequência da «traição» de Otelo.

A reunião acabou tarde. Otelo saiu e dirigiu-se ao COPCON. Eram 4h30 da manhã, mas o forte estava cheio de gente. Oficiais de outras unidades, civis, militantes dos vários partidos de extrema-esquerda.

Otelo atirou-se para o sofá onde já estavam sentados Costa Martins, um oficial da Força Aérea ligado ao PCP, e outros oficiais da sua confiança. Disse: «Passei aqui só para vos comunicar que deixei definitivamente de ser o comandante da Região Militar de Lisboa. O Vasco Lourenço assumiu o cargo. Eu fico apenas comandante do COPCON.»

Costa Martins levantou-se e declarou: «Mas os pára-quedistas não vão aceitar esta situação, e vão ocupar as bases aéreas!» Otelo olha para ele. «As bases aéreas? A que propósito?»

«Isto cheira-me a golpada!», disse outro oficial. Otelo respondeu: «A mim também. Aguenta aí.» E chamou o major Arlindo Dias Ferreira, piloto aviador do COPCON, e o capitão Tasso de Figueiredo, da Polícia Aérea do COPCON. Levou-os para uma sala à parte.

«Que significa isto? Que boca é esta do Costa Martins?»

«Otelo, isso não é nada connosco», disse Arlindo. «É a luta dos pára-quedistas com o Moraes e Silva, que quer dissolver as unidades.»

Otelo desconfiou: «Se isso acontecesse, não poderia servir de pretexto para os Nove, que já encomendaram um plano de operações ao Eanes, para lançarem uma operação contra nós, e para liquidarem a esquerda? É que uma coisa é o apoio que eu dou aos “páras”, na sua luta contra o Moraes e Silva. Outra coisa é eles ocuparem as bases aéreas, em resposta à minha demissão da Região Militar. Não sei se vocês estão a ver a ligação.»

«Não, está descansado, não é nada disso. Nós vamos tomar providências», respondeu Arlindo.

«Então tomem as providências todas, se não há bronca.»
E Otelô decidiu: «Estou estafadíssimo, não estou para aturar esta pessegada, vou para casa descansar. Vocês travem-me essa porcaria, se houver alguma coisa.»

«Vai, vai sossegado.»

Otelô atravessou a sala e saiu. «Já dei indicações ao Arlindo. Boa noite, rapaziada.»

DITADURA

AVENTURAS NO IMPÉRIO

Otelo Augusto Fernandes de Carvalho era actor. Mas, por ser baixinho e gordo, nunca conseguiu representar outros papéis que não fossem o de mordomo. E no entanto formou-se com 20 valores no conservatório de arte dramática de Lisboa, com uma peça de Ibsen como trabalho final. Foi a sua primeira e última grande representação. Optou por se tornar empresário de teatro. Criou a sua própria companhia, e actuou no Salão Foz, nos Restauradores, em Lisboa.

Nasceu em Moura, e são misteriosas as razões que terão levado os pais, camponeses pobres do Alentejo, a dar-lhe o nome pomposo e invulgar de Otelo. Não é de crer que conhecessem Shakespeare, mas talvez tivessem bebido na mesma fonte do dramaturgo inglês. Tal como ele, que baptizou o seu mouro de Veneza com um nome roubado no Magrebe, também os alentejanos se terão inspirado nalgum antepassado marroquino. E as coincidências terminam aí.

Ou talvez não. À semelhança do Otelo de Shakespeare, também o de Moura se apaixonou por uma rapariga que, pela sua condição, lhe estava interdita. Chamava-se Maria Ana, tinha

cabelo loiro e olhos azuis, e vinha de uma classe média com algum preconceito, de Setúbal. Otelô não era homem para ela: além de pobre, queria dedicar-se ao teatro.

Parecia ser um amor proibido, mas o jovem actor não se conformou: um dia, raptou a sua Desdémôna, Maria Ana. Só depois de desonrada ela obteve o consentimento dos pais para o casamento. Foram viver para Lisboa, tiveram três filhos. Para os sustentar, Otelô começou a trabalhar como funcionário dos correios. Ao mesmo tempo, porém, inscreveu-se e frequentou o conservatório. Quando terminou o curso, dedicou-se exclusivamente às artes dramáticas. Maria Ana, que cantava e tocava piano, começou a trabalhar com ele. Ajudava-o na encenação e direcção musical, tanto de peças clássicas como de revistas.

Em Março de 1930, com a sua companhia teatral, Otelô foi em *tournée* para Angola. E foi lá que, aos 44 anos, em Vila Luso, no leste da província ultramarina, morreu subitamente, de um acidente vascular cerebral. Deixou em situação económica precária a mulher, Maria Ana Saraiva, e os três filhos, Maria Manuela Saraiva de Carvalho, Fernando Saraiva de Carvalho e Eduardo Saraiva de Carvalho, o mais velho.

Eduardo tinha 17 anos, estava a terminar o 7.^o ano no Liceu Camões, em Lisboa, e sonhava vir a ser oficial da Marinha. Mas, com a morte intempestiva do pai, viu-se obrigado a procurar emprego. Percebeu que teria daí em diante de sustentar a mãe e os irmãos, e escreveu uma carta a um tio que mal conhecia.

A irmã de Maria Ana, Maria Guilhermina, casara com Domingos Barreto, que era inspector superior dos Correios, Telégrafos e Telefones, em Moçambique. Foi a ele que o jovem Eduardo pediu ajuda. «O meu pai morreu em Angola e estamos numa situação gravíssima», escreveu Eduardo. «Peço-lhe que me arranje colocação para eu poder sustentar a minha mãe e os meus irmãos.»

A resposta do tio foi positiva, e o chefe de família Eduardo Saraiva de Carvalho, aos 17 anos, partiu para Lourenço Marques, com a mãe e os irmãos. Meses depois já era aspirante oficial dos correios, ramo em que trabalharia toda a vida. Mas nunca abandonou as actividades ligadas ao teatro, que lhe lembravam os tempos em que brincava nos bastidores, quando o pai montava as suas peças no Salão Foz ou outras salas de espectáculo da Metrópole e das colónias.

Em Lourenço Marques, Eduardo seria colaborador da Rádio Clube de Moçambique, onde fez parte do elenco do teatro radiofónico. Foi convidado pela directora, Sara Pinto Coelho, mãe do futuro jornalista Carlos Pinto Coelho. E noutras comissões de serviço que cumpriu, em vários pontos do território, encontrou sempre maneira de ter um *hobby* ligado ao teatro. Até em Vila Manica, no interior, onde o cunhado, Danilo Pereira, casado com a irmã Maria Manuela, a *Quinhas*, dirigia uma secção da indústria de Minas e Geologia. Danilo quis organizar um passatempo para os enfadados trabalhadores brancos da empresa, e convidou Eduardo para montar um espectáculo de variedades.

Ele alinhava sempre. Mesmo depois de, em 1934, aos 21 anos, ter conhecido Fernanda Áurea Pegado Romão, de 16, e ter casado com ela. No entanto, o teatro era apenas um *hobby* para o funcionário dos correios Eduardo Saraiva de Carvalho, a quem a carreira prematuramente interrompida do pai tinha afectado permanentemente a sua. Nunca esqueceu esse percalço, nem superou o ressentimento que lhe sobreveio. Para ele, o fracasso da vida ficaria estranhamente amarrado ao facto de o pai ter sido um homem que realizava os seus próprios sonhos.

E quando, mais tarde, o filho, Otelo Nuno Saraiva de Carvalho, lhe disse que queria matricular-se no *Actor's Studio*, de Nova Iorque, para seguir uma carreira de actor, a sua resposta foi firme: Não.

Mas no momento em que Otelô Augusto Fernandes de Carvalho, avô paterno de Otelô Saraiva de Carvalho, partia para a sua fatídica viagem a Angola, já José Valente Romão, o avô materno, tinha chegado à Índia. Era um homem de aldeia. Nasceu em João Pires, no concelho de Penamacor, distrito de Castelo Branco.

Vinha também de uma família pobre, o que não lhe deixava muitas hipóteses de futuro: ou trabalhava no campo, ou ia para o seminário, ou para a tropa. Como a terra não lhe dizia muito e com padres não queria nada, aprendeu a gostar da vida militar. Aos 17 anos foi para Lisboa, para assentar praça como voluntário.

Na noite de 4 para 5 de Outubro de 1910, quando rebentou a revolução republicana, estava de serviço, como sentinela, na Escola Prática de Infantaria de Mafra. Era soldado. Mas pouco depois resolveu oferecer-se para Goa, na Índia portuguesa.

Sentia uma grande necessidade de conhecer o mundo, de aprender, de viver aventuras. Ingressou no chamado Exército Ultramarino e serviu em várias regiões da colónia asiática.

Carlota Joaquina da Silva Oliveira Pegado nascera na Índia, em 1900. A mais velha de 11 irmãos, era sem dúvida produto de complicada mistura de sangues. O seu nome, porém, continha uma ambição de pureza: queria ser português e nobre, nem que fosse por evocar a mulher de D. João VI.

A família, radicada na Índia desde o século XVI, descende de um nobre de Portalegre de nome Pegado, que teria vindo nas rotas de Afonso de Albuquerque, ou D. Francisco Manuel de Almeida.

Quando, aos 19 anos, Carlota Joaquina conheceu José Romão, já este era sargento. Casaram e tiveram, ainda na Índia, duas filhas: Fernanda Áurea e Olívia Maria Antónia. Depois, oito anos após a sua partida, José Romão regressou à Metrópole, trazendo a mulher e as duas filhas.

Na aldeia de João Pires nasceu o terceiro filho, José. E em Angola o quarto, Jorge Augusto, quando José Valente Romão para lá foi destacado, no Forte de São Sebastião, em Luanda, e depois no Lobito. Com a mulher e os quatro filhos, viajou então para Moçambique, onde foi colocado, já como capitão. Desempenhou as funções de comandante do presídio da ilha de Moçambique, onde chegavam os deportados portugueses, esteve na carreira de tiro em Lourenço Marques. Teve uma vida militar bem-sucedida.

Em 1932, construiu uma grande vivenda na Avenida 31 de Janeiro, em Lourenço Marques, a que deu o nome da mulher. Mas a família não viveria muito tempo na Vivenda Carlota, que seria arrendada. Em 1936, regressaram a Portugal. Não todos. Dois anos antes, a filha mais velha, Fernanda Áurea, então com 16 anos, conheceu o funcionário dos correios Eduardo Saraiva de Carvalho, de 21, e casaram-se, no mês de Julho. Fernanda Áurea deixou de estudar e foi viver com Eduardo.

Ficou em Moçambique, quando os pais e irmãos regressaram a Lisboa. José Valente Romão arrendou um 2.º andar na Avenida Elias Garcia, entre a Igreja de Nossa Senhora de Fátima e a Feira Popular, no Parque de Palhavã, onde viria a ser a Fundação Gulbenkian, e viveu lá o resto da vida.

E se alguma prosperidade conseguiu, não o deveu à sorte nem ao nascimento. Antes a muito esforço, sacrifício, austeridade, abnegação e disciplina. Foram, portanto, esses os valores que decidiu incutir nos filhos. Principalmente nos dois rapazes. Tinha sofrido demasiado para que tudo o que aprendeu se perdesse numa vida apenas.

Quando se faz um percurso sem desvios, sem distrações ou esbanjamento, há um capital que se acumula. Um património filosófico, transcendente, que urge transmitir e aplicar. Investir num empreendimento que seja valioso e seguro.

Pareceu-lhe que eram os dois filhos os destinatários naturais desse legado. Eles dariam sentido à sua aprendizagem. Torná-la-iam útil e imprescindível. Isto foi o que pensou o militar José Valente Romão. Entrara tão cedo na tropa que a disciplina e o rigor eram as únicas formas de educação que conhecia. Aplicou-as, portanto, aos filhos, que via como uma espécie de recrutas. O que não previu foi que o esperava uma segunda aprendizagem.

A música foi apenas o início. Na cabeça de José Romão, era um sinal de cultura e realização pessoal, portanto, uma obrigação. As meninas deveriam aprender piano, os rapazes violino. Mas Fernanda Áurea não tinha ouvido. As aulas de piano, que o pai a obrigava a frequentar, eram uma tortura. E nem José nem Jorge gostavam de tocar violino. O primeiro tinha vocação para matemáticas. Gostava de coleccionar selos, e de livros de História. Mas o pai não concordava com nada disto. Queria que ele estudasse Medicina. Nunca conseguiu que o fizesse. Virou-se então para o filho mais novo. Deveria ele estudar Medicina. Sem êxito. Jorge gostava da boémia e de futebol. Chegou a ser jogador da Académica. Era inteligente e tinha jeito para as línguas. Mas detestava Medicina.

Indiferente aos protestos, à rebeldia e à cada vez mais visível infelicidade dos quatro filhos, José Valente Romão pressionou-os, amargurou-lhes a vida, infligiu-lhes castigos. Cada um deles teve a sua forma de reagir. José foi o mais dócil. Cançou-se de entrar em confronto com o pai, e começou a tentar fazer-lhe as vontades. Revoltava-se, sim, mas por dentro. Evitava assim as sovas do pai, com o cinto ou o cavalo-marinho, mas não o castigo da sua própria indignação. A autoflagelação involuntária fez o seu trabalho. Começou a andar sempre triste, sempre doente. Acabou por contrair tuberculose e morrer, em casa, aos 24 anos.

Já o irmão, Jorge, nunca se conformou com a educação inflexível e severa a que José Romão o submetia. Tornou-se ríspido e azedo com o pai. Deixou de lhe obedecer.

Não que a via do confronto lhe tivesse sido mais benéfica à saúde. Mas talvez à reacção. À resiliência. Jorge ficou também tuberculoso. Andou por sanatórios, do Caramulo, da Guarda, durante anos. Perdeu um pulmão. Mas curou-se.

E quando se considerou reabilitado, a mãe meteu uma cunha para que ele entrasse para a TAP, como funcionário. Inteligente e autodidacta como era, e com a sua enorme capacidade para aprender línguas, depressa subiu na empresa. Mais tarde seria convidado para trabalhar na Lufthansa, de que viria a ser director comercial. Fez o seu próprio caminho, tornou-se independente do pai, com o qual nunca mais teria uma relação pacífica.

Quanto às duas irmãs, optaram pela única via de escape que estava ao alcance das mulheres: o casamento. Fernanda Áurea nem chegou a vir para a Metrópole. Tinha conhecido Eduardo aos 16 anos, e com ele ficou, em Moçambique. Olívia Maria não esperou muito mais. Conheceu um açoriano de quem nunca gostou e, para se ver livre do pai, casou com ele.

Na cerimónia, em Lisboa, foi o sobrinho Otelo Nuno, filho da irmã Fernanda Áurea, que foi levar as alianças e segurar no véu. Tinha 6 anos, mas divertiu-se à grande. De calças pretas, luvas e paletó brancos, ciente da relevância cénica do seu papel, andou durante a boda a gatinhar por entre as pernas dos convidados, esgueirando-se pelos recantos da mesa, à cata de copos com restos de vinho ou champanhe. Apanhou a primeira bebida da sua vida.

Olívia e Luís Alves Mendes teriam quatro filhos: Maria Natália, Maria Luísa, João Carlos e José Luís. Todos eles, bem como Otelo Nuno e as irmãs, cresceriam a adorar o avô materno.

Consciente dos erros que cometeu com os filhos, José Valente Romão era agora um homem diferente. Tolerante, carinhoso, incapaz de uma repreensão, embora fiel aos mesmos princípios de integridade e justiça, frontalidade e camaradagem. Valores que, desde criança, Otelos Nuno reconhecia tanto nele como no tio Jorge. E admirava.

Apesar da indisfarçável hostilidade entre os dois, Jorge era surpreendentemente parecido com o pai. Afinal, qualquer coisa passou de um para o outro, durante toda uma vida de confronto. Partilhavam um certo sentido de independência e honradez, que os levava, também, a serem críticos em relação ao regime político vigente. Sem, no entanto, alguma vez o enfrentarem. Quando Marcelo Caetano surgia para as suas *Conversas em Família*, desligavam a televisão. Mas votavam em todas as eleições, para não darem nas vistas, e explicavam aos filhos ou netos que os comentários negativos ficavam em casa. Nisto eram iguais, e não muito diferentes da outra figura masculina importante na infância de Otelos – o pai, Eduardo.

Mas ao menos Jorge divertia-se. Tinha uma faceta cosmopolita e *dandy* que agradava aos sobrinhos. Viajava, falava fluentemente inglês, francês e alemão, passava férias na Áustria, a esquiar. Era vaidoso e conversador. Tinha muitos amigos e um bom carro.

Otelos Nuno e Manuela, a irmã mais velha, viam-no como um modelo de comportamento. E por isso nem se importavam de lhe obedecer quando ele lhes mandava estudar páginas da enciclopédia Larousse que o avô tinha em casa. Em grande medida, o interesse de ambos pelo conhecimento e os livros terá começado aí.

De todos os exemplos disponíveis, era o do tio Jorge que se lhes apresentava como mais sedutor. A sua existência a mais digna de ser imitada.

Durante parte da infância, uma das brincadeiras preferidas de Otelos e Manuela era a dos «pás». Fingiam viver a vida do tio

e dos amigos, que, tal como os sobrinhos a viam, consistia em conduzir um automóvel, cada um ter a sua casa e encontrarem-se para conversar. O escritório fazia de casa de Otelô, a de Manuela era o seu quarto. O carro era uma cadeira de tampo de palha, em que um deles se sentava «ao volante», e o outro ao lado. Fechavam as portas do «carro», e um dizia: «Eh pá, vamos comprar cigarros.» E o outro respondia: «Eh pá, vamos ao café.» E a conversa prosseguia: «Eh pá, já falaste com ele?» «Eh pá, claro, pá.»

